



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECRETO Nº 001, DE 5 DE JANEIRO DE 2010**

Regulamenta o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, criado pela Lei nº 699/2005.

GERALDO GUEDES RODRIGUES, Prefeito do Município de São José do Divino/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**DECRETA**

**Art. 1º** - O Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, de natureza contábil, criado pela Lei Municipal nº 699/2005, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Turismo e Lazer, fica regulamentado nos termos deste decreto.

**Art. 2º** - Os recursos do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural serão aplicados com a finalidade de financiar as ações de preservação e conservação do patrimônio cultural material e imaterial protegido.

Parágrafo único – É vedado à aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural em despesas com pessoal e com serviços de atribuição do Município.

**Art. 3º** - O Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural é constituído de recursos provenientes de:

I – dotações orçamentárias anuais e créditos adicionais suplementares a ele destinados;

II – recursos provenientes de convênios;

III – contrapartida municipal decorrente de acordos e convênios;

IV - produto de alienação de imóveis adquiridos com recursos do FUNPATRI;

V – receitas financeiras;

VI – contribuições ou doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;

VII – receitas provenientes de serviços e eventos diversos;

VIII – resgate de empréstimos concedidos a proprietários de imóveis privados restaurados do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural;

IX – recursos provenientes de contribuição de melhoria gerada pelos bens culturais protegidos;

X – recursos provenientes do ICMS Patrimônio Cultural e

XII – outras receitas.

Parágrafo único – Os recursos do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural integrarão o orçamento do Município, com dotação própria.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art. 4º** - Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural serão depositados em conta corrente especial, aberta com finalidade específica e mantida em instituição financeira designada pela Secretaria Municipal de Municipal de Cultura, Esportes, Turismo e Lazer, integrante da estrutura da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único: O saldo positivo do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

**Art. 5º** - Os recursos provenientes das receitas relacionadas no artigo anterior serão aplicados, mediante decisão do Conselho Municipal do Patrimônio cultural, nas ações de preservação e conservação a serem realizadas nos bens culturais protegidos.

Parágrafo único – A aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural na forma prevista no “caput” deste artigo, observará os requisitos e condições fixados em regulamento específico expedido pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, cuja execução ficará a cargo do gestor.

**Art. 7º** - Ficarão a cargo dos recursos do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural os ônus e encargos sociais decorrentes da arrecadação dos recursos.

**Art. 8º** - O Fundo de Preservação do Patrimônio Cultural – FUNPAC terá como gestor o Titular da Pasta Municipal à qual se vincula e será administrado, conjuntamente, com o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

**Art. 9º** – Compete ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural:

- I – estabelecer as diretrizes e os programas de alocação, plano de aplicação, de todos os recursos do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, em consonância com política nacional de preservação do patrimônio cultural;
- II – acompanhar e avaliar a gestão dos recursos e o desempenho dos programas realizados;
- III – apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural
- IV – exercer o controle orçamentário, financeiro, patrimonial e de resultados dos recursos do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural antes de seu encaminhamento aos órgãos de controle interno e externo para os devidos fins;
- V – recomendar medidas cabíveis para correção de fatos e atos do Gestor que prejudiquem o desempenho e cumprimento das finalidades no que concerne aos recursos do Fundo;

**Art. 10** – As manifestações e deliberações do Conselho Curador do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural serão enviadas ao Chefe do Executivo e publicadas em Diário Oficial ou em outro periódico de ampla circulação.

**Art. 11** – Cabe ao gestor do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural:

- I – praticar os atos necessários à gestão do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, de acordo com as diretrizes e programas estabelecidos pelo Conselho;
- II – expedir atos normativos relativos à gestão e à alocação dos recursos do Fundo, após aprovação do Conselho;





6/6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

- III – elaborar programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos, submetendo-os ao Conselho;
- IV – submeter à apreciação e deliberação do Conselho as contas relativas à gestão do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural;
- V – dar andamento aos programas atualmente em execução e aprovados pelo Conselho, devendo apresentar eventuais alterações à sua prévia anuência.

**Art. 12** – O Plano de aplicação anual dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural será apresentado em audiência pública para debate e, posteriormente encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária para aprovação da Câmara Municipal.

**Art. 13** – A secretaria executiva do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural será exercida pela Secretaria Municipal de Municipal de Cultura, Esportes, Turismo e Lazer, que fornecerá o apoio técnico e administrativo necessário para o cumprimento do plano de aplicação anual acima mencionado, cabendo-lhe:

- I – publicar em Diário Oficial ou em periódico de ampla circulação, as decisões, pareceres, manifestações e análises dos programas e projetos apoiados pelo Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural.

**Art. 14** – As despesas com a execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 15** – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São José do Divino, 5 de janeiro de 2010.

  
GERALDO GUEDES RODRIGUES  
Prefeito Municipal